



**Relatório do Auditor Independente
conforme Resolução CFC nº 1.236/09
sobre as Demonstrações Contábeis do
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
Do Estado do Rio Grande do Sul – CREA RS**

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Administradores e Conselheiros do
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA
Brasília - DF

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis do **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul – CREA RS** (Entidade), que compreendem os balanços patrimonial, orçamentário e financeiro em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul – CREA RS** em 31 de dezembro de 2018, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

O Conselho Regional do Estado do Rio Grande do Sul, descreveu na Nota Explicativa 1 – Ativos Circulantes, letra b), que registra os créditos tributários a receber relativos às anuidades de pessoas físicas jurídicas do exercício corrente, pelo regime de competência. Verificamos, no entanto, que o Conselho utiliza o regime de caixa para registro de suas receitas, tanto que não apresenta saldos pendentes de recebimento na rubrica “Créditos a Curto Prazo”, no Ativo Circulante, o que contemplaria, tanto os valores de contas a receber quanto dívida ativa. Solicitamos ao Conselho os relatórios auxiliares utilizados para controle dos valores a receber, porém, foi justificado que para o ano de 2018, os sistemas informatizados não estavam parametrizados para geração de dados relativos às cobranças simples ou em fase administrativa. Tendo em vista a adoção do regime de caixa para registro das receitas, conseqüentemente, da ausência de saldos pendentes de recebimento nas demonstrações contábeis, não foi possível concluirmos quanto à adequação dos saldos apresentados contabilmente, bem como sobre eventuais efeitos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018.

A Entidade mantém registrado na rubrica “Material de Consumo” o montante de R\$ 180.797,45. Considerando que a contratação dos serviços de auditoria ocorreu depois do encerramento do exercício (em 30 de maio de 2019), não foi possível acompanharmos eventual realização de inventário físico dos estoques em 31 de dezembro de 2018. Adotamos, no entanto, procedimentos alternativos de auditoria, visando a análise de referidos saldos, com base em relatórios auxiliares utilizados para controle e composição analítica dos saldos apresentados contabilmente e não apurando divergências entre referidos controles. Ainda assim, não nos foi possível concluir quanto a existência física das quantidades mantidas naquela data.

O Conselho mantém registrado na rubrica “Créditos a Longo Prazo”, o montante 13.857.358,02. Esse montante está formado, substancialmente, por R\$ 13.842.543,99 relativos a Dívida Ativa a Receber. Conforme mencionado na Nota Explicativa 2 - “Ativo Não Circulante”, a Entidade reconhece a existência de uma divergência de R\$ 3.647.588,83 entre o saldo contábil e aquele apresentado nos registros auxiliares gerados por meio do sistema Apolo, divergência esta, que deve ser objeto de levantamento e análise dos valores efetivos e a fase em que se encontram tais créditos (decadência, prescrição, remissão, anistia de dívida), para posteriormente se efetuar os ajustes necessários, conforme cada caso. Apesar da divergência entre os registros contábeis e auxiliares, conforme acima citado, verificamos que o Conselho mantém, registrado na rubrica “Créditos a Longo Prazo”, somente o valor de R\$ (5.635,81) registrado a título de Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo, ou seja, não adota como procedimento, o reconhecimento de provisão para fazer frente às possíveis perdas no recebimento dos créditos da dívida ativa, conforme requerido no item 5.3.5 – Ajustes para perdas de Dívida Ativa, do MCASP – Manual Contabilidade Aplicada ao Setor Público e na NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Embora tenhamos adotado o procedimento de circularização de saldos junto aos assessores jurídicos, cujo objetivo era o de obter diretamente desses assessores, os processos nos quais o Conselho figura como autor ou réu, conforme previsto na NBC TA 505 – Confirmações Externas, porém, na resposta recebida, não foram incluídas informações relativas à Dívida Ativa. Assim, considerando os fatos acima descritos, não nos foi possível concluir quanto à adequação dos saldos apresentados contabilmente a título de dívida ativa, bem como sobre os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018.

O Conselho mantém registrado na rubrica Imobilizado, o montante de R\$ 10.166.158,88 relativo a Bens Móveis, R\$ 17.384.076,40 relativos a Bens Imóveis e R\$ (15.671.144,76) a título de Depreciação Acumulada. A Nota Explicativa relativa ao Imobilizado não traz detalhes quanto a composição e movimentação destes valores no exercício, conforme requerido nas normas contábeis. Os relatórios auxiliares, utilizados para controle individualizado dos bens integrantes do ativo imobilizado, apresentaram divergências em relação aos saldos contábeis, da seguinte forma: (i) Para os Bens Móveis o relatório auxiliar totalizou R\$ 8.159.565,54, ou seja, uma diferença a menor de R\$ 2.006.593,34 em relação ao saldo contábil; (ii) Para os Bens Imóveis, os controles auxiliares totalizaram R\$ 15.752.803,27 ou seja, uma diferença de R\$ 1.631.273,13 a menor em relação ao saldo contábil. (iii) No que se refere a Depreciação Acumulada, conforme descrito na Nota Explicativa 5 – Depreciação e Amortização, a depreciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis são realizados de forma linear e a classificação da vida útil, alíquotas de depreciação e valor residual conforme anexos da resolução CONFEA nº 1.036/2011, porém, não nos foram fornecidos relatórios auxiliares contendo informações suficientes para confronto com os saldos contábeis. Também, não foi apresentado pela administração um estudo sobre os valores de eventuais perdas por redução ao valor recuperável a serem reconhecidos em relação aos valores mantidos contabilmente, conforme requerido nas normas contábeis vigentes. Tendo em vista a ausência de controles individualizados efetivos do ativo imobilizado e da aplicação das normas contábeis vigentes, principalmente, no que se refere à NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão e à NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público que vigoravam em 2018, quanto da NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e revogou referidas NBC’s, não nos foi possível concluir quanto à adequação dos saldos apresentados contabilmente, bem como sobre os efeitos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 o Conselho mantinha registrado na rubrica “Intangível” o valor líquido de R\$ 3.347.121,33. Desse montante, R\$ 3.033.050,00 referem-se ao desenvolvimento e implantação do novo sistema de cadastro para o CREA RS, que conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, letra e, continua sendo demonstrado no Ativo por ser objeto de demanda judicial entre o Conselho e a empresa fornecedora, DBCON Informática Ltda. Em 04 de fevereiro de 2019 o processo judicial correspondente foi julgado improcedente e, como decorrência, em novembro de 2019, o Conselho efetuou a baixa do valor até então mantido no Ativo Intangível.

O Conselho mantém registrado na rubrica “Demais Obrigações a Curto Prazo”, no Passivo Circulante, o montante de R\$ 11.749.948,54. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4, letra c, desse montante, R\$ 11.464.199,93 referem-se a provisões para passivos contingentes, sendo R\$ 500.000,00 relativos a repetições de débitos, R\$ 10.764.199,93 referem-se a reclamações trabalhistas e R\$ 200.000,00 a Demais Ações (embargos, danos morais, etc.). O Conselho mantém ainda, o valor de R\$ 1.767.897,00 registrado na rubrica “Provisões a Longo Prazo”, que de acordo com a Nota Explicativa nº 4, letra d, refere-se integralmente a ações trabalhistas com risco “possível de ocorrer” (provável). Conforme requerido na NBC TA 505 – Confirmações externas, aplicamos o procedimento de circularização dos saldos junto aos assessores jurídicos que representam o CREA, objetivando obter diretamente dos mesmos, a relação dos processos em andamento, os respectivos valores envolvidos, bem como o prognóstico desses assessores em relação ao desfecho das ações. Analisando a resposta de circularização recebida dos assessores jurídicos, identificamos as seguintes situações: (i) O valor de R\$ 10.764.199,93 é parte do montante de R\$ 11.053.751,77, constante no relatório emitido pelos advogados como sendo de perda possível, sendo que por erro, o termo “possível” foi escrito ora com acento, ora sem acento e quando da realização do filtro das ações com esta classificação para efeitos de contabilização, acabou deixando de ser considerado o valor de R\$ 289.551,84. Considerando os termos da NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com classificação de risco de perda considerado como “possível” não são consideradas como provisão, mas sim, como passivos contingentes, logo, não devem ser reconhecidos contabilmente, porém, devem ser divulgadas em nota explicativa. Conforme informado pelo setor contábil, o registro das ações classificadas como “possíveis” foi exigência do plenário do Conselho, como forma de mitigar os riscos de comprometimento financeiro da Entidade. (ii) O valor de R\$ 200.000,00 considerado como Demais Ações (embargos, danos morais, etc.), não constou em nenhuma das respostas de circularização recebidas dos assessores jurídicos, não sendo possível, portanto, concluímos quando a adequação de referido valor e eventuais efeitos nas demonstrações contábeis. Considerando as normas contábeis vigentes, em especial a NBC TSP 03, acima referida, a rubrica “Demais Obrigações a Curto Prazo”, no Passivo Circulante está apresentada a maior em R\$ 10.764.199,93, enquanto a rubrica “Resultados Acumulados”, no Patrimônio Líquido está apresentada a menor em igual valor.

Na composição do Passivo Financeiro, no Balanço Patrimonial, o Conselho incluiu o grupo de contas “Provisões a Longo Prazo”, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 1.767.897,00, no entanto, de acordo com o contido no MCASP, em seu item 2.2.4 - Passivo Financeiro e Permanente, tal valor se enquadra como Passivo Permanente (Não Financeiro), uma vez que depende de autorização para liquidação. Assim, Passivo Financeiro está apresentado a maior em R\$ 1.767.897,00, enquanto o Passivo Permanente está apresentado a menor em igual valor.

Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades estão descritas na seção: "Responsabilidades do

auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, conforme princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

O **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul – CREA RS** elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresentadas separadamente para fins gerais, para as quais foi emitido relatório do auditor independente em 15 de fevereiro de 2019, contendo ressalvas relacionadas com a composição da dívida ativa, imobilizado e do intangível.

Este relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis do **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul – CREA RS** foi elaborado conforme Resolução nº 1.236/09, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC (NBC TA 800), exclusivamente, para utilização e informação do **Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA**, em conformidade com o previsto no contrato de prestação de serviços nº 30/2019 e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o CONFEA.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

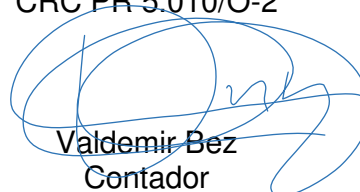
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá-PR, 08 de janeiro de 2021

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2



Valdemir Bez
Contador

CRC PR 037.262/O-2

Balanco Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	25.890.436,10	18.961.746,15	PASSIVO CIRCULANTE	50.759.768,90	43.153.270,17
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	25.440.399,20	18.630.267,10	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	237.631,88	261.719,27
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	269.239,45	186.658,40	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	94.298,21	271.706,73
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	883.119,59	1.115.667,83
ESTOQUES	180.797,45	144.820,65	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	34.330.112,15	33.336.245,64
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	3.464.658,53	1.555.581,37
	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	11.749.948,54	6.612.349,33
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	50.195.564,30	54.190.866,21	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	1.767.897,00	1.375.985,41
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	34.969.352,45	37.070.887,60	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	13.857.358,02	15.778.862,28	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	21.111.616,85	21.291.647,74	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	377,58	377,58	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	1.767.897,00	1.375.985,41
IMOBILIZADO	11.879.090,52	13.738.977,22	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	10.166.158,88	10.344.612,33		0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	17.384.076,40	17.384.076,40		0,00	0,00
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	15.671.144,76	13.989.711,51		0,00	0,00
INTANGÍVEL	3.347.121,33	3.381.001,39		0,00	0,00
SOFTWARES	3.324.564,27	3.145.118,04		0,00	0,00
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	214.852,45	337.785,95		0,00	0,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	192.295,39	101.902,60		0,00	0,00

			TOTAL DO PASSIVO	52.527.665,90	44.529.255,58
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	23.558.334,50	28.623.356,78
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.558.334,50	28.623.356,78
TOTAL	76.086.000,40	73.152.612,36	TOTAL	76.086.000,40	73.152.612,36
ATIVO FINANCEIRO	46.575.467,84	37.587.024,81	PASSIVO FINANCEIRO	39.144.569,89	37.351.342,11
ATIVO PERMANENTE	29.510.532,56	35.565.587,55	PASSIVO PERMANENTE	14.928.858,46	7.989.982,22
SALDO PATRIMONIAL				22.012.572,05	27.811.288,03

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	7.430.897,95	235.682,70

Porto Alegre-RS, 31 de dezembro de 2018

Engº. Agrônomo Gustavo André Lange
 1.º Vice-Presidente no Exercício da Presidência
 CREA/RS 45.861-D

Elisabete Preste
 Chefe do Núcleo de Contabilidade
 CRC/RS 77.891-O

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	86.420.000,00	86.420.000,00	84.483.990,94	-1.936.009,06
RECEITA TRIBUTÁRIA	38.670.000,00	38.670.000,00	39.879.525,64	1.209.525,64
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	38.670.000,00	38.670.000,00	39.879.525,64	1.209.525,64
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	38.670.000,00	38.670.000,00	39.879.525,64	1.209.525,64
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	35.190.000,00	35.190.000,00	34.004.714,79	-1.185.285,21
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	22.130.000,00	22.130.000,00	21.591.440,73	-538.559,27
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	19.180.000,00	19.180.000,00	19.302.794,00	122.794,00
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.950.000,00	2.950.000,00	2.288.646,73	-661.353,27
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	13.060.000,00	13.060.000,00	12.413.274,06	-646.725,94
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	12.130.000,00	12.130.000,00	11.586.222,09	-543.777,91
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	930.000,00	930.000,00	827.051,97	-102.948,03
RECEITA DE SERVICOS	2.170.000,00	2.170.000,00	1.916.960,56	-253.039,44
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	1.250.000,00	1.250.000,00	1.230.272,84	-19.727,16
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	100.000,00	100.000,00	103.834,28	3.834,28
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	270.000,00	270.000,00	116.204,89	-153.795,11
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	340.000,00	340.000,00	309.229,27	-30.770,73
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	210.000,00	210.000,00	157.419,28	-52.580,72
FINANCEIRAS	7.140.000,00	7.140.000,00	5.394.124,07	-1.745.875,93
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	1.200.000,00	1.200.000,00	1.357.802,57	157.802,57
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	480.000,00	480.000,00	461.801,91	-18.198,09

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	5.460.000,00	5.460.000,00	3.574.519,59	-1.885.480,41		
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	350.000,00	350.000,00	0,00	-350.000,00		
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	100.000,00	100.000,00	0,00	-100.000,00		
MULTAS SOBRE ANUIDADES	1.260.000,00	1.260.000,00	1.934.426,67	674.426,67		
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.750.000,00	3.750.000,00	1.640.092,92	-2.109.907,08		
TRANSFERENCIAS CORRENTES	900.000,00	900.000,00	0,00	-900.000,00		
TRANSFERÊNCIAS	900.000,00	900.000,00	0,00	-900.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.350.000,00	2.350.000,00	3.288.665,88	938.665,88		
DÍVIDA ATIVA	1.130.000,00	1.130.000,00	1.174.027,58	44.027,58		
MULTAS DE INFRAÇÕES	900.000,00	900.000,00	814.850,91	-85.149,09		
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	320.000,00	320.000,00	1.294.720,82	974.720,82		
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	5.066,57	5.066,57		
RECEITA DE CAPITAL	2.420.000,00	2.420.000,00	10.137,29	-2.409.862,71		
ALIENACAO DE BENS	1.120.000,00	1.120.000,00	10.137,29	-1.109.862,71		
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	120.000,00	120.000,00	10.137,29	-109.862,71		
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	-1.000.000,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	-1.300.000,00		
TRANSFERÊNCIAS	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	-1.300.000,00		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	88.840.000,00	88.840.000,00	84.494.128,23	-4.345.871,77		
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL	88.840.000,00	88.840.000,00	84.494.128,23	-4.345.871,77		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	85.520.000,00	85.520.000,00	78.006.226,54	76.478.349,00	76.384.050,79	7.513.773,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	35.968.000,00	32.556.938,00	29.865.544,77	29.865.544,77	29.865.544,77	2.691.393,23

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
REMUNERAÇÃO PESSOAL	27.176.000,00	23.934.938,00	22.752.041,43	22.752.041,43	22.752.041,43	1.182.896,57
ENCARGOS PATRONAIS	8.792.000,00	8.622.000,00	7.113.503,34	7.113.503,34	7.113.503,34	1.508.496,66
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	808.062,00	807.852,71	807.852,71	807.852,71	209,29
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA MOBILIARIA	0,00	808.062,00	807.852,71	807.852,71	807.852,71	209,29
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.382.000,00	25.533.000,00	21.054.473,71	20.173.793,73	20.079.495,52	4.478.526,29
BENEFÍCIOS A PESSOAL	7.200.000,00	8.012.000,00	7.182.599,41	7.174.057,61	7.174.057,61	829.400,59
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	644.000,00	644.000,00	424.440,30	424.440,30	424.440,30	219.559,70
USO DE BENS E SERVIÇOS	1.948.000,00	2.046.000,00	1.388.557,49	1.284.803,59	1.251.190,75	657.442,51
DIÁRIAS	1.920.000,00	2.000.000,00	1.685.105,70	1.685.105,70	1.685.105,70	314.894,30
DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1.500.000,00	1.675.000,00	1.505.651,25	1.505.651,25	1.505.651,25	169.348,75
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	12.170.000,00	11.156.000,00	8.868.119,56	8.099.735,28	8.039.049,91	2.287.880,44
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	150.000,00	150.000,00	118.277,48	112.291,67	112.291,67	31.722,52
TRIBUTOS	150.000,00	150.000,00	118.277,48	112.291,67	112.291,67	31.722,52
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	3.760.000,00	6.940.000,00	6.741.601,69	6.100.389,94	6.100.389,94	198.398,31
SERVIÇOS BANCÁRIOS	810.000,00	730.000,00	678.931,87	678.931,87	678.931,87	51.068,13
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.450.000,00	18.802.000,00	18.739.544,31	18.739.544,31	18.739.544,31	62.455,69
SUBVENÇÕES SOCIAIS	2.200.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
CONTRIBUIÇÕES CORRENTES	17.250.000,00	18.795.000,00	18.739.544,31	18.739.544,31	18.739.544,31	55.455,69
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	2.420.000,00	2.420.000,00	384.632,16	375.339,25	375.339,25	2.035.367,84
INVESTIMENTOS	2.420.000,00	2.420.000,00	384.632,16	375.339,25	375.339,25	2.035.367,84
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1.520.000,00	1.520.000,00	384.632,16	375.339,25	375.339,25	1.135.367,84
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00
Contingência	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	88.840.000,00	88.840.000,00	78.390.858,70	76.853.688,25	76.759.390,04	10.449.141,30
SUPERÁVIT	0,00	0,00	6.103.269,53	0,00	0,00	-6.103.269,53

DESpesas	ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas LIQUIDADAS	DESpesas PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
TOTAL		88.840.000,00	88.840.000,00	84.494.128,23	76.853.688,25	76.759.390,04	4.345.871,77

Porto Alegre-RS, 31 de dezembro de 2018

Engº. Agrônomo Gustavo André Lange
1.º Vice-Presidente no Exercício da Presidência
CREA/RS 45.861-D

Elisabete Preste
Chefe do Núcleo de Contabilidade
CRC/RS 77.891-O

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	51.882,85	695.909,00	552.572,94	552.572,94	186.626,91	8.592,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.592,00	690.377,34	550.008,22	550.008,22	140.369,12	8.592,00
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	3.000,00	919,07	919,07	2.080,93	0,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	43.290,85	2.531,66	1.645,65	1.645,65	44.176,86	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	0,00	64.276,90	63.612,90	63.612,90	664,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	64.276,90	63.612,90	63.612,90	664,00	0,00
TOTAL:	51.882,85	760.185,90	616.185,84	616.185,84	187.290,91	8.592,00

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	0,00	241.300,73	240.300,73	1.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	241.300,73	240.300,73	1.000,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	0,00	30.406,00	30.406,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	30.406,00	30.406,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	271.706,73	270.706,73	1.000,00	0,00

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	5.932.216,22	5.413.751,44	Despesa Orçamentária	8.641.655,46	9.587.546,31
RECEITA REALIZADA	5.932.216,22	5.413.751,44	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	94.298,21	271.706,73
RECEITA CORRENTE	5.932.216,22	5.413.751,44	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.537.170,45	760.185,90
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.912.638,65	4.008.949,00	CREDITO EMPENHADO – PAGO	7.010.186,80	8.555.653,68
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	3.912.638,65	4.008.949,00	DESPESA CORRENTE	6.884.079,30	8.550.523,68
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	3.912.638,65	4.008.949,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.508.685,74	3.552.258,66
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	805.828,62	500.597,97	ENCARGOS PATRONAIS	980.910,61	1.235.290,20
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	519.446,27	358.358,36	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	67.719,64	
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	235.070,62	172.727,57	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.326.763,31	3.762.974,82
Nível Médio Após Lei 13.639/2018	14.880,65		DESPESA DE CAPITAL	126.107,50	5.130,00
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	284.375,65	185.630,79	INVESTIMENTOS	126.107,50	5.130,00
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	286.382,35	142.239,61			
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	189.904,61	78.381,33			
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	96.477,74	63.858,28			
RECEITA DE SERVICOS	119.541,09	126.809,84			
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	64.365,92	70.851,96			
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	6.528,00	7.970,67			
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	8.759,88	9.962,60			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	19.034,08	22.242,71			
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	20.853,21	15.781,90			
FINANCEIRAS	540.954,85	472.186,50			
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	194.285,75	128.818,25			
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	44.817,74	46.458,46			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	301.851,36	296.909,79			
MULTAS SOBRE ANUIDADES	187.988,06	105.984,22			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	113.863,30	190.925,57			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	553.253,01	305.208,13			
DÍVIDA ATIVA	203.788,23	129.131,55			
MULTAS DE INFRAÇÕES	105.029,98	76.893,47			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	243.679,42	93.601,45			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	755,38	5.581,66			
RECEITA DE CAPITAL					
ALIENACAO DE BENS					
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS					
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS					
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL					
TRANSFERÊNCIAS					
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	8.052.584,30	9.153.754,59	Pagamentos Extraorçamentários	6.356.789,42	23.386.054,95
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.537.170,45	760.185,90	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		5.040,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	94.298,21	271.706,73	Pagamentos de Restos a Pagar Processados		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	91.299,22	184.809,33	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	152.564,64	249.169,09

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Outros Recebimentos Extraorçamentários	6.329.816,42	7.937.052,63	Outros Pagamentos Extraorçamentários	6.204.224,78	23.131.845,86
Saldo em espécie do Exercício Anterior	26.455.652,21	37.037.040,95	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	25.442.007,85	18.630.945,72
Caixa e Equivalente de Caixa	26.453.368,13	37.037.040,95	Caixa e Equivalente de Caixa	25.440.399,20	18.630.267,10
Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados	2.284,08		Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados	1.608,65	678,62
Total:	40.440.452,73	51.604.546,98		40.440.452,73	51.604.546,98

Porto Alegre-RS, 31 de dezembro de 2018

Engº. Agrônomo Gustavo André Lange
1.º Vice-Presidente no Exercício da Presidência
CREA/RS 45.861-D

Elisabete Preste
Chefe do Núcleo de Contabilidade
CRC/RS 77.891-O

Variações Patrimoniais

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	86.103.825,22	87.313.813,11	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	90.231.187,80	92.444.120,77
IMPOSTOS , TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	39.906.834,70	37.440.204,68	PESSOAL E ENCARGOS	40.269.492,54	43.894.655,71
TAXAS	39.906.834,70	37.440.204,68	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	24.298.631,21	27.622.866,79
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	39.906.834,70	37.440.204,68	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	24.298.631,21	27.622.866,79
CONTRIBUIÇÕES	34.923.687,62	34.319.905,04	ENCARGOS PATRONAIS	8.252.119,99	9.070.865,08
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	34.923.687,62	34.319.905,04	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	8.252.119,99	9.070.865,08
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	34.923.687,62	34.319.905,04	BENEFÍCIOS A PESSOAL	7.208.424,26	6.694.630,64
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	1.916.960,56	1.954.414,42	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	7.208.424,26	6.694.630,64
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.916.960,56	1.954.414,42	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	510.317,08	506.293,20
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.916.960,56	1.954.414,42	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	510.317,08	506.293,20
VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	5.394.124,48	7.185.032,81	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	414.506,10	494.638,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	1.819.604,48	1.880.966,04	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	414.506,10	494.638,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	1.819.604,48	1.880.966,04	OUTROS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	414.506,10	494.638,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	3.574.520,00	5.304.066,77	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	15.110.574,88	16.883.699,78
MULTAS SOBRE ANUIDADES	3.574.520,00	5.304.066,77	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	562.600,88	848.669,48
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	0,00	42.003,93	CONSUMO DE MATERIAL	562.600,88	848.669,48
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	42.003,93	SERVIÇOS	12.497.969,65	15.207.427,38
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	42.003,93	DIARIAS	1.685.105,70	2.091.410,60
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	7.010,94	99.277,91	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	2.284.874,56	2.558.844,91
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	308,95	16.743,97	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	8.527.989,39	10.557.171,87
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO	308,95	16.743,97	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	2.050.004,35	827.602,92
GANHOS COM ALIENAÇÃO	6.701,99	82.533,94	DEPRECIACAO	2.050.004,35	827.602,92
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	6.701,99	82.533,94	VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	1.818.804,76	611.766,47
OUTRAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.955.206,92	6.272.974,32	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	1.486.784,58	611.766,47
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	5.055,63	119.718,40	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA MOBILIARIA	807.852,71	0,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	5.055,63	119.718,40	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	678.931,87	611.766,47

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.950.151,29	6.153.255,92	JUROS E ENCARGOS DE MORA	13,30	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS	814.850,91	749.749,74	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS	13,30	0,00
INDENIZAÇÕES	1.266.890,14	389.209,32	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	332.006,88	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES	1.317.882,98	2.433.503,04	JUROS E ENCARGOS EM SENTENCAS JUDICIAIS	332.006,88	0,00
DÍVIDA ATIVA	177.698,14	161.568,86	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	19.786.806,91	19.401.832,01
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	372.829,12	2.419.224,96	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	19.786.806,91	17.218.979,01
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	19.786.806,91	17.218.979,01
			TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	2.148.500,00
			TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	2.148.500,00
			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	34.353,00
			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	34.353,00
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	772.451,60	1.133.281,45
			REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	613.689,90	1.133.063,23
			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	613.689,90	1.133.063,23
			PERDAS COM ALIENAÇÃO	68.811,65	218,22
			PERDAS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	68.811,65	218,22
			PERDAS INVOLUNTARIAS	89.950,05	0,00
			PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO	1.865,45	0,00
			PERDAS INVOLUNTARIAS COM INTANGIVEIS	88.084,60	0,00
			TRIBUTÁRIAS	787.251,77	1.047.560,04
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	72.561,62	84.529,47
			IMPOSTOS	72.561,62	84.529,47
			CONTRIBUICOES	714.690,15	963.030,57
			CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	714.690,15	963.030,57
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.271.299,24	8.976.687,31
			PREMIAÇÕES	2.204,72	2.265,88
			PREMIAÇÕES CULTURAIS	2.204,72	2.265,88
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.269.094,52	8.974.421,43
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	11.269.094,52	8.974.421,43
Total das Variações Ativas :	86.103.825,22	87.313.813,11	Total das Variações Passivas :	90.231.187,80	92.444.120,77
			RESULTADO PATRIMONIAL		
Déficit do Exercício	4.127.362,58	5.130.307,66	Superávit do Exercício		

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Total	90.231.187,80	92.444.120,77	Total	90.231.187,80	92.444.120,77

Porto Alegre-RS, 31 de dezembro de 2018

Engº. Agrônomo Gustavo André Lange
1.º Vice-Presidente no Exercício da Presidência
CREA/RS 45.861-D

Elisabete Preste
Chefe do Núcleo de Contabilidade
CRC/RS 77.891-O

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	84.483.990,94	81.569.480,35
RECEITA TRIBUTÁRIA	39.879.525,64	37.439.989,86
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	39.879.525,64	37.439.989,86
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	39.879.525,64	37.439.989,86
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	34.004.714,79	32.612.947,99
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	21.591.440,73	21.541.651,57
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	19.302.794,00	19.055.297,29
Nível Médio Após Lei 13.639/2018	468.928,75	0,00
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.288.646,73	2.486.354,28
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	12.413.274,06	11.071.296,42
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	11.586.222,09	10.429.861,62
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	827.051,97	641.434,80
RECEITA DE SERVIÇOS	1.916.960,56	1.954.414,42
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	1.230.272,84	1.248.015,45
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	103.834,28	110.617,86
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	116.204,89	117.042,70
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	309.229,27	303.829,56
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	157.419,28	174.908,85
FINANCEIRAS	5.394.124,07	7.185.032,81
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	1.357.802,57	1.457.516,92
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	461.801,91	423.449,12
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	3.574.519,59	5.304.066,77
MULTAS SOBRE ANUIDADES	1.934.426,67	1.434.645,65
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.640.092,92	3.869.421,12
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.288.665,88	2.377.095,27
DÍVIDA ATIVA	1.174.027,58	1.118.417,81
MULTAS DE INFRAÇÕES	814.850,91	749.749,74
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.294.720,82	389.209,32
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	5.066,57	119.718,40
OUTROS INGRESSOS	58.357.130,27	58.012.196,89
DESEMBOLSOS		
DESPEZA CORRENTE	76.384.050,79	80.077.467,74
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.752.041,43	26.609.881,49
ENCARGOS PATRONAIS	7.113.503,34	8.544.258,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	807.852,71	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.710.653,31	44.923.327,36
DESPEZA DE CAPITAL	375.339,25	1.097.220,94
INVESTIMENTOS	375.339,25	1.097.220,94
OUTROS DESEMBOLSOS	59.281.736,36	71.100.370,51
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	7.175.334,06	-11.596.161,01
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ALIENACAO DE BENS	10.137,29	405.000,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	10.137,29	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	405.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	42.003,93
TRANSFERÊNCIAS	0,00	42.003,93
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	10.137,29	447.003,93
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.185.471,35	-11.149.157,08

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	18.630.267,10	30.876.645,12
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	25.815.738,45	18.630.267,10

Porto Alegre-RS, 31 de dezembro de 2018

 Engº. Agrônomo Gustavo André Lange
 1.º Vice-Presidente no Exercício da
 Presidência
 CREA/RS 45.861-D

 Elisabete Preste
 Chefe do Núcleo de Contabilidade
 CRC/RS 77.891-O



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA
Rua São Luís, 77 – Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100
www.crea-rs.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul – Crea-RS é entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades profissionais dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, vinculado ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea. O Crea-RS com sede e foro na cidade de Porto Alegre e jurisdição no Estado do Rio Grande do Sul, instituído pela Resolução nº 2, de 23 de abril de 1934, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição. É o órgão de fiscalização, controle, orientação e aprimoramento do exercício e das atividades profissionais da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, em seus níveis médio e superior, no território de sua jurisdição

As presentes demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e das Normas Brasileira de Contabilidade baixadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Secretaria do Tesouro Nacional – STN e com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelos entes públicos.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

1. Ativos Circulantes:

No ativo circulante, estão registrados os bens e direitos do Conselho disponíveis para realização imediata e tiverem a expectativas de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa:

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e em aplicações financeiras, depósitos bancários, adiantamento de férias aos funcionários com início do gozo no dia 02/01/2019 e que serão contabilizadas na folha de janeiro de 2019, para fins de execução orçamentária e competência do fato (período do gozo das férias).

b) Créditos de Curto Prazo: Neste grupo de contas são registrados os valores dos créditos Tributários a Receber por competência, relativos as anuidades de pessoa física e jurídica referentes ao exercício corrente; os valores da Dívida Ativa apropriadas no exercício, as disponibilidades em trânsito (suprimento de fundos);

c) Estoques: Esta conta contempla os materiais de consumo que são contabilizados de acordo com o art. 106 da Lei 4.320/64, pelo custo de aquisição;

Os ativos financeiros são registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são ajustados aos seus valores prováveis de realização ao custo de aquisição, acrescidos dos



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA
Rua São Luís, 77 – Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100
www.crea-rs.org.br

rendimentos auferidos até a data do balanço, cujos valores estão imunes do imposto de renda (Art. 9º do CTN e alínea “a”, inciso VI, art. 150 da CF/88). As disponibilidades financeiras foram aplicadas junto aos bancos públicos Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL S/A, Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal - CEF:

Instituição	2018	2017
Banco conta movimento	1.518.374,65	763.020,46
Aplicações Financeiras - Banrisul	22.133.428,96	16.585.388,80
Aplicações Financeiras - Banco do Brasil	632.824,08	597.643,55
Aplicações Financeiras - Caixa Econômica Federal	1.155.771,51	684.214,29
Total	25.440.399,20	18.630.267,10

2. Ativo-Não Circulante:

Neste grupo, estão registrados o ativo realizável a longo prazo, tais como dívida ativa, imobilizado (bens móveis e imóveis), os bens intangíveis (sistemas, software) e demais valores de longo prazo, como por exemplo, os valores relativos aos bloqueios e depósitos judiciais, dentre estes valores, o valor de R\$ 20.535.967,00 (vinte milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, novecentos e sessenta e sete reais) depositado judicialmente no Processo nº 0064173-67.2011.4.01.3400 Mútua x Crea-RS que encontram-se em discussão quanto aos honorários advocatícios:

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS. AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO À DECISÃO MONOCRÁTICA. DEPÓSITO JUDICIAL. LIBERAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS. REEXAME DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. IMPOSSIBILIDADE.

1. O acordo judicial, ao ser homologado pelas partes interessadas, deverá estar em consonância com o que estabelecido nos contratos previamente firmados por elas.
2. Ao advogado compete o direito autônomo de executar os encargos de sucumbência, dada a sua legitimidade processual e material.
3. Embargos de declaração de rejeitados.
4. Agravos regimentais de fls. 583-593 e 608-609 a que se nega provimento.

E os valores estão registrados pelo seu valor histórico, pois caso se registrasse as atualizações do depósito, a provisão da obrigação também seriam atualizadas proporcionalmente, formalidades estas não previstas no acordo firmado entre as partes. E considerando a previsão expressa do item I, do parágrafo primeiro, da cláusula segunda e por não haver termo de quitação nos autos administrativos, estando suspensa a exigibilidade do débito pelo depósito judicial no período mencionado e ante a litispendência em relação aos honorários do processo, não ocorreu o levantamento destes, estando os mesmos pendentes de quitação, logo, os valores permanecerão sendo demonstrados até que ocorra “a plena quitação destes débitos” por parte da Mútua.

a) Em Entidades Públicas Devedoras, estão registrados os valores dos bloqueios e depósitos judiciais, tanto nas ações de natureza trabalhista quanto de repetição de indébitos, e visam garantir o juízo, para buscar a reforma da sentença, principalmente no que se refere aos valores da condenação. Esses valores, são dos processos cujo trânsito em julgado ainda não ocorreram estando as ações em fase de recursos.



b) Quanto as inscrições em Dívida Ativa, primeiro ocorre a inscrição administrativa dos créditos com a emissão do “Termo de Inscrição em Dívida Ativa – TIDA” (arts. 201 e 202 do CTN) e realizado tentativa de negociação administrativa no adimplemento destes direitos a receber. Restando frustrados estes procedimentos, os mesmos são encaminhados ao Núcleo de Contencioso, vinculado à Gerência Jurídica, quando então, após tratativas de conciliação, caso estas restem negativas, é emitida a Certidão de Dívida Ativa – CDA para ajuizamento da “ação de execução fiscal”.

c) Em 2018, com base na Resolução CFC nº 1.132/2008, art. 37 da Lei 4.320/64 e Decreto 93.872/86, a Contabilidade efetuou lançamento de ajustes de exercícios anteriores para fins de regularização dos valores relativos as provisões dos Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo, pois os valores informados mensalmente pelo Núcleo Financeiro ao Núcleo de Contabilidade já se referiam as perdas efetivas e não aos valores das provisões;

d) No grupo imobilizado bens móveis, foram baixados contabilmente através de ajustes de exercícios anteriores o valor de R\$ 334.762,87 (trinta e quatro mil, setecentos e sessenta e dois reais e oitenta e sete centavos), nas subcontas 1.2.3.1.1.01 - Móveis e Utensílios, 1.2.3.1.1.02 - Máquinas e Equipamentos e 1.2.3.1.1.10 - Mobiliário em Geral, que foram baixados no Patrimônio em 2013, através do Processo n. 2012022938 (móveis que ficaram na Sede Antiga quando da alienação ao Creci-RS).

e) Os valores contabilizados no grupo Intangíveis> “Sistemas em Desenvolvimento” referem-se aos valores do Processo nº 2012000320 - DBCON INFORMÁTICA LTDA. (Projeto, desenvolvimento e implantação do novo sistema de cadastros para o Crea-RS, denominado e-Crea) que continuam a ser demonstrados no ativo por ser objeto de demanda judicial, conforme relacionado no item 3 das notas explicativas.

Em relação aos valores da Dívida Ativa, há uma divergência entre os valores registrados na Contabilidade e os valores Registrados no Sistema Corporativo Apolo. Esta divergência se dá em virtude dos registros históricos, que contabilmente são demonstrados valores desde 2005 (R\$ 4.893.147,92) enquanto que no Sistema Apolo, fonte da informação que certificam e identificam os credores e a natureza dos créditos, os registros se iniciaram em 2009 e ao final desse exercício, o saldo no Sistema Apolo era de R\$ 977.574,32 (novecentos e setenta e sete mil, quinhentos e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos). Em 2018 as diferenças reduziram para R\$ 3.629.360,38 (três milhões, seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e sessenta reais e trinta e oito centavos) ante os ajustes das perdas conforme pontuado na letra ‘d’ acima. Essas divergências tem sido objeto de apontamentos das auditorias do Confea e contratadas, estando pendentes de análise e levantamento dos valores efetivos registrados no Jurídico e a fase em que se encontram esses créditos (decadência, prescrição, remissão, anistia da dívida) para então, com base nos normativos legais (CTN, LRF, Lei nº 9.784/99, art. 37 da CF/88, art.14 da Lei Complementar nº 101/2000) proceder aos ajustes de acordo com cada caso.

3. Ativos Contingentes

São ações ajuizadas por este Conselho, com o propósito de apurar valores e responsabilidades e conforme informado no item 6 do Memorando 03/2019-NCOT/PRES, e por ser essa a



peculiaridade destas demandas, a Contabilidade do Crea-RS em observância ao art. 100, Lei n. 4.320/64 e a NBC T 1 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 1.121/2008), optou por não demonstrar contabilmente estes valores, mas sim em notas explicativas. Os processos encontram-se em fase de instrução, julgamento e recurso, e os principais são conforme segue:

- ✓ Processo nº 5026618-60.2015.404.7100/RS Ação de Reintegração - Réu Serralheria Partenon (Crea/RS interessado, Autor o Estado do RGS);
- ✓ Processo nº 5021390-80.2010.404.7100/RS (condenatória) - Réu Caixa Econômica Federal;
- ✓ Processo nº 5058989.77.2015.404.7100/RS (Cobrança) - Réu DBCON Informática;
- ✓ Processo nº 5017426.06.2015.404.7100/RS (Cobrança) - Réu Oliveira e Braga Advogados;

4. Passivos – Circulantes e Não Circulantes

Os passivos da dívida circulante e não circulante são registrados pelos seus valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do Balanço, como é caso dos valores do Conselho de Arquitetura – CAU, atualizados mensalmente pelos índices da poupança, que tem se mantido constante para os depósitos realizados até maio de 2012 a uma remuneração de 0,50%.

As provisões são reconhecidas quando o Crea-RS tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita, como por exemplo, as reclamatórias trabalhistas.

- a) Encargos Sociais a Pagar: Contemplam as provisões do FGTS e PIS sobre a segunda parcela do 13º salário, bem como, sobre a folha de pagamento do mês de dezembro/2018;
- b) Obrigações Fiscais de Curto Prazo: Contemplam as retenções federais, municipais bem como as previdenciárias sobre pagamentos à fornecedores, INSS e IR sobre a segunda parcela do 13º salário e folha de pagamento do mês de dezembro/2018;
- c) Repartição com Outros Entes: este subgrupo contempla os valores da cota parte devidos ao Confea - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e à Mútua - Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea (art. 4º da Resolução Confea nº 1.026/2009), anuidades de 2018 dos profissionais de nível médio técnicos industriais, relativas as competências outubro a dezembro de 2018 (Lei n. 13.639/2018) e os valores relativos ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (Lei n. 12.378/2010):
 - ✓ Parcela da Mútua: Contemplam a cota parte competência dezembro de 2018 e os valores depositados no Processo nº 0064173-67.2011.4.01.3400.
 - ✓ Parcela do Confea: Refere-se a cota parte competência dezembro de 2018.
 - ✓ Parcela do CAU: Valor de provisão para eventual liquidação de receitas arrecadadas pelo Crea e pretendidas pelo CAU ante a Lei a n. 12.378/2010. Os valores estão aplicados na conta Banrisul S/A Master FI RF Carta Fiança - 06.015117.5-6. Os rendimentos são contabilizados como receitas do Conselho, enquanto que a provisão é atualizada pelo índice da poupança.



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA
Rua São Luís, 77 – Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100
www.crea-rs.org.br

- a) Em Fornecedores Nacionais estão registrados os valores dos Restos a Pagar Processados, que são os empenhos liquidados em 2018, mas não pagos até 31/12/2018 (ver planilhas de composição dos fornecedores em anexo);
- b) Provisões à curto prazo: Refere-se as provisões de férias, 1/3 constitucional, INSS, FGTS e PIS sobre estas provisões;
- c) Nas demais obrigações de curto prazo, estão contabilizadas as provisões com passivos contingentes, conforme mencionado no Memorando 03/2019-NCOT/PRES, sendo os valores conforme segue:
 - ✓ Sentenças Judiciais - Ações de Repetição de Indébitos - R\$ 500.000,00
 - ✓ Provisão para Reclamatórias Trabalhistas - R\$ 10.764.199,93
 - ✓ Demais Ações (embargos, danos morais, etc.) - R\$ 200.000,00
- d) Nas provisões de longo prazo (possível de ocorrer), foram registrados os valores de R\$ 1.767.897,00 com reclamatória trabalhistas, conforme relação que segue em anexo, contemplando nome das partes, processo, valor e classificação.

Obs.: Os valores classificados como remoto, não foram registrados pela contabilidade.

5. Depreciação e Amortização

A depreciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis são realizadas de forma linear e a classificação de vida útil, alíquotas de depreciação e valor residual conforme anexos da Resolução Confea nº 1.036/2011.

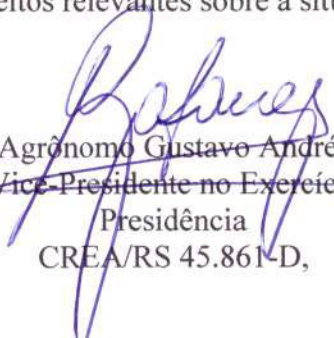
6. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido em 31.12.2018 apresentou uma variação negativa de 21,50% em relação ao ano anterior, conforme demonstrados em Balanço Patrimonial e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais.

Saldo Inicial	28.623.356,78
(-) Déficit nas Variações Patrimoniais	4.127.362,58
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	937.659,70
Saldo Final	23.558.334,50

7. Considerações Finais

Não ocorreram eventos subsequentes a data do encerramento do exercício que tenha, ou possa a vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e os resultados futuros do Conselho.


Eng.º Agrônomo Gustavo André Lange
1.º Vice-Presidente no Exercício da
Presidência
CREA/RS 45.861-D,


Elisabete Preste
Chefe do Núcleo de Contabilidade
CRC/RS 77.891-O.